

Empresário quer maior participação da sociedade

Sérgio Mindlin acredita que organizações podem levar o País a melhorar índices do setor

Aumentar a participação de organizações da sociedade civil no ensino em todos os níveis da educação. Esse é o atalho que pode levar o País a melhorar seus índices no setor. A avaliação é do empresário Sérgio Mindlin, presidente dos conselhos de Administração da Fundação Abrinq e do Instituto PNBE de Desenvolvimento Social, ligado ao Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

O empresário disse que a preocupação do governo em escolher a educação fundamental como tema de ponta neste ano mostra que há uma prioridade. "Isso é importante", afirmou. Mas Mindlin acredita que o projeto de reforma educacional, com execução prevista para dez anos, deve ser acelerado. "As crianças que estão aí já perderam muito tempo", disse. "Aí os empresários têm um papel fundamental de apoio", afirmou.

O novo modelo divide a educação em dois grandes blocos. O primeiro é o do ensino básico, que vai do ensino infantil (creches e pré-escola) ao ensino médio (antigo 2.º grau). O segundo é o do ensino superior.

Mindlin frisou que há iniciativas de empresas que adotam escolas com projetos específicos e bons resultados. Ele defendeu também o incentivo à participação das fundações no processo. A Fundação Abrinq, por exemplo, tem programa de financiamento de ONGs que trabalham com pré-escola, de 4 a 6 anos, ou do ensino básico na rede pública.

A fundação opera na captação de recursos para apoio escolar desde 1995, e já movimentou R\$ 2,2 milhões, aplicados no programa nos dois últimos anos. De março de 1996 a outubro de 97, o Programa Crer Para Ver recebeu 290 projetos de entidades como associações de pais e mestres, conselhos escolares, centros de pesquisa, fundações, entidades classistas e centros comunitários. Até outubro, a fundação aprovou 37 desses projetos, atendendo 120 mil crianças em 745 escolas.

Na Escola Estadual Andrei Sakharov, que tem 420 alunos de 1.ª a 4.ª série, em Carapicuíba, a Abrinq investiu R\$ 29,5 mil num projeto de computação em sala de aula no ano passado. A instituição responsável pelo projeto é a Associação de Pais e Mestres da escola.

Outros R\$ 58,2 mil foram libera-

dos para duas escolas municipais de Salvador, que abrigam 679 alunos. O pedido foi feito pelo Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, de Salvador. O Projeto Roda Pião, que começou em outubro de 1996 e vai até novembro, é dirigido à construção da valorização cultural dos alunos da escola pública. O resultado deve criar um vídeo para divulgação da idéia em outras escolas.

Entre as entidades que buscam recursos para projetos na fundação há organizações como o Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal, de Fortaleza, que beneficia a escola Bom Jesus dos Navegantes, em Beberibe, com 228 alunos; a Fundação Terra, de Guaramiranga, Ceará, que apóia 40 professores de cinco escolas municipais, envolvendo 647 alunos.

No Paraná, quatro escolas municipais de Pato Branco, com 946 alunos de pré-escola e 1.º grau receberam ajuda de R\$ 26,3 mil por meio da Associação de Pais e Mestres. As ONGs mais conhecidas atendidas pelo financiamento recolhido pelo sistema são o Ilê Ayiê, bloco carnavalesco baiano, e o Movimento dos Sem-Terra (MST). O Ilê Ayiê trabalha com recursos para uma escola municipal e outra estadual, do pré à 4.ª série.

O MST conta com verba de R\$ 60 mil para a Associação Nacional de

Cooperação Agrícola (Anca), que é a entidade jurídica dos sem-terra. O projeto envolve a formação de 400 professores para 200 escolas, que atendem 19 mil alunos em 17 Estados.

O presidente do Conselho Instituto PNBE afirmou ainda que a municipalização do ensino fundamental, que o governo começou a pôr em prática, está

no caminho certo. "Mas a idéia foi mal vendida", criticou. Para Mindlin, a medida pode dar bons resultados em cidades menores, mas nos grandes centros o gerenciamento é mais difícil.

Para o empresário Oded Grajew, presidente da Fundação Abrinq, a criação do Fundão é uma medida política. Ele afirmou que a municipalização é positiva, mas defendeu medidas mais radicais para a recuperação da escola pública. "É preciso massificar a prioridade", defendeu.

O empresário disse ainda que uma das medidas para a melhoria do sistema seria uma legislação que obrigasse ocupantes de cargos públicos e parlamentares a colocar os filhos e netos em escolas públicas. Grajew declarou ainda que o governo deve investir na melhora dos salários dos professores. "Tem professor dirigindo táxi para sobreviver", acrescentou. (P.P.)

PROJETO DE
REFORMA
EDUCACIONAL
DEVE SER
EXECUTADO
NUM PRAZO DE
DEZ ANOS